



# Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. Definição do objeto

Aquisição de material de apoio e de equipamentos de audiovisual para a Assessoria de Comunicação Social do TRE-SC.

### 2. Fundamentação da Contratação

A necessidade de adquirir material técnico e equipamentos de áudio e vídeo se justifica pela demanda hoje existente envolvendo os trabalhos realizados pela equipe da Assessoria de Comunicação Social - ASCOM e destinados à divulgação de serviços digitais e de campanhas da Justiça Eleitoral.

O atendimento às demandas de material gráfico e audiovisual (material técnico em áudio e vídeo) para divulgação de serviços digitalizados acima citados envolve público cada vez mais integrado às redes sociais e às comunicações instantâneas e isso impõe a adaptação do próprio conteúdo produzido e da forma de sua apresentação.

Ademais, esta Assessoria realiza a cobertura de eventos externos promovidos pelo TRE-SC e a captação de vídeos em ambientes internos, muitas vezes sendo necessária que essa captação ocorra simultaneamente à realização do evento, objetivando a alimentação das páginas do Regional, na *internet*, bem como dos seus perfis nas redes sociais. Com base nisso justifica-se a aquisição de materiais de apoio (extensor de microfone, maleta de transporte, mesa de som portátil e carrinho), bem como de equipamentos técnicos como adaptador de bateria, *teleprompter* para *tablet*, conjunto de iluminação em LED e, em especial, estabilizador de celular, cuja utilização permite transmitir a devida movimentação e agilidade que o momento exige e só esse tipo de equipamento pode propiciar.

A ASCOM ainda realiza a captação de vídeos no estúdio de gravação (localizado no 10º andar do prédio Sede), para campanhas que envolvem entrevistas de autoridades e servidores e não possui microfone sem fio de lapela apropriado para tanto. Portanto, torna-se imprescindível que a equipe de audiovisual disponha de equipamentos adequados para a captação de áudio de melhor qualidade, adaptando-se às demandas atuais.

A solicitação de equipamentos de apoio (como escada e suporte móvel para TV) se justifica pela necessária mobilidade dos equipamentos de audiovisual frequentemente utilizados em mais de um ambiente da Assessoria, em especial, quando da realização dos vídeos e *podcast* solicitados pelas demais unidades do TRE-SC.

Por fim, enfatiza-se que os equipamentos ora disponíveis na unidade não têm a capacidade e autonomia adequadas para a realização daquelas atividades, produzindo vídeos e áudios de qualidade aquém do desejado e incompatíveis com as exigências da Administração. Dessa forma, espera-se que a aquisição em questão propicie condições favoráveis à produção e à divulgação dos materiais de áudio e vídeo, além da geração de conteúdo de qualidade ao público da Justiça Eleitoral catarinense.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### 3. Descrição da solução

Aquisição de material de apoio e de equipamentos de audiovisual dedicados à produção gráfica e multimídia para atendimento a demanda hoje existente envolvendo os trabalhos realizados pela equipe da ASCOM e destinados à divulgação de serviços digitais ao cidadão e a campanhas da Justiça Eleitoral.

Abaixo, lista de equipamentos e a respectiva quantidade necessárias:

Item	Equipamento	Quantidade Necessária
1	Microfone duplo sem fio de lapela	2
2	Estabilizador de celular	1
3	Lente Sigma 35mm f/1.4 DG HSM Art para Canon EF	1
4	Teleprompter portátil	1
5	Fonte adaptador AC para bateria Lp-e6	3
6	Mesa de som portátil	1
7	Iluminador de LED	2
8	Bateria para iluminador de LED	2
9	Lâmpada colorida de LED com controle remoto	1
10	Carrinho para transporte de equipamentos (interno)	1
11	Maleta para guarda e transporte de equipamentos	1
12	Escada	1
13	Suporte móvel para TV de até 60 polegadas	1
14	Suporte extensivo para microfone	1

#### 3.1. Estudo Técnico Preliminar

Estudo Técnico Preliminar juntado ao Processo Administrativo Eletrônico (PAE) n. 13.664/2023.

#### 3.2. Marcas e Modelos / Códigos de Referência

Abaixo seguem indicativos de marcas de modelos adequados a cada demanda:

Item	Equipamento	Modelos/Marcas
1	Microfone duplo sem fio de lapela	Hollyland Lark C1 Duo
2	Estabilizador de celular	Zhiyun
3	Lente Sigma 35mm f/1.4 DG HSM Art para Canon EF	Sigma
4	Teleprompter portátil	Handycam
5	Fonte adaptador AC para bateria Lp-e6	OEM
6	Mesa de som portátil	SmartVox Interface
7	Iluminador de LED	Soleste



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Item	Equipamento	Modelos/Marcas
8	Bateria para iluminador de LED	Digital
9	Lâmpada colorida de LED com controle remoto	ND Iluminação
10	Carrinho para transporte de equipamentos (interno)	Nautika
11	Maleta para guarda e transporte de equipamentos	Odonto
12	Escada	Alumasa
13	Suporte móvel para TV de até 60 polegadas	North Bayou
14	Suporte extensivo para microfone	Aj Som Acessórios Musicais

As marcas de referência, códigos e modelos citados neste TR (em relação à lente fotográfica, por exemplo) prestam-se tão somente a determinar os requisitos que devem estar presentes no objeto pretendido (servem, portanto, como parâmetro de aferição das especificações exigidas para os produtos solicitados, afastando-se eventuais dúvidas que possam ser suscitadas – destarte, serão aceitos pela Administração, sem restrições, produtos similares ao indicado, que detenham as especificações daquele).

### 3.3. Códigos SIASG

Segue tabela contendo os códigos SIASG dos itens a serem licitados:

Item	Equipamento	Códigos SIASG
1	Microfone duplo sem fio de lapela	229587
2	Estabilizador de celular	485493, 600225 e 600722
3	Lente Sigma 35mm f/1.4 DG HSM Art para Canon EF	600701
4	Teleprompter portátil	453649
5	Fonte adaptador AC para bateria Lp-e6	362234 e 465780
6	Mesa de som portátil	426149, 605378 e 483819
7	Iluminador de LED	600390, 602589, e 600723
8	Bateria para iluminador de LED	486105
9	Lâmpada colorida de LED com controle remoto	342586
10	Carrinho para transporte de equipamentos (interno)	453750
11	Maleta para guarda e transporte de equipamentos	253299 e 465784
12	Escada	215971
13	Suporte móvel para TV de até 60 polegadas	440646
14	Suporte extensivo para microfone	261550, 377632, 461528

### 4. Requisitos da contratação



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Os equipamentos eletrônicos ora solicitados (microfone, fontes, carregador de bateria etc.) devem ser compatíveis com a tensão do TRE-SC, bem como possuir tomada padrão nacional ou garantir a eficiência com adaptadores.

Todos os componentes devem ser novos (de primeiro uso) e idênticos, isto é, possuir componentes internos e externos com os mesmos padrões de cores, acessórios, características físicas, capacidade, qualidade e desempenho.

Os produtos deverão possuir estrutura robusta e bom acabamento, não apresentando deformações consideráveis durante o uso, manuseio ou transporte.

Os equipamentos eletrônicos devem ser fornecidos em pleno funcionamento, prontos para a utilização, acompanhando todos os acessórios, *drivers* e componentes (cabos etc.). Ainda nos casos de eletrônicos, todas as portas e funcionalidades devem, quando necessário, acompanhar licenças.

Os produtos devem estar em linha de produção.

A garantia, quando for o caso, deverá ser a padrão de fábrica.

Id.	Características do bem 1 - Microfone duplo sem fio de lapela
1	Conexão USB Tipo C
2	Omni-Direcional
3	Voz Clara e boa qualidade de captação (360 Graus)
4	Plug-And-Play
5	Bateria interna recarregável
6	Capacidade Bateria: 140Ah
7	Frequência: 2.4GHz AFH
8	Distância mínima de transmissão: 50 metros
9	Faixa de frequência: 20hz-20khz
10	Alcance dinâmico: 86 dB
11	Latência 20ms
12	Compatibilidade com modelos de celulares e <i>tablets</i> com sistemas IOS e Android

Id.	Características do bem 2 – Estabilizador de celular
1	3 Eixos com Mini Tripé dobrável
2	Opções de <i>timelapse</i> , <i>motion-lapse</i> e enquadramento de objeto para a gravação de vídeos
3	Botões físicos localizados no próprio gimbal para ajustes e comandos
4	Faixa Mecânica de Inclinação: 240°
5	Gama mecânica de rolo: 240°
6	Gama Pan Mecânica: 300°



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

7	Carga útil válida: Máx: 210g e Mín: 75g
8	Faixa de ajuste do braço horizontal: 10mm
9	Faixa de suporte do grampo de montagem: Máx: 82 mm e Mín: 65 mm
10	Suporte à tecnologia de <i>smartphone</i> Android e de iOS
11	Haste de extensão embutida
12	Configurações da bateria: Tempo máximo de reprodução: até 10 horas Tensão de Op. Padrão: 7,4v Corrente de operação: Máx: 2500mA e Mín: 120mA Tensão de carga Máx : 5,5 V Padrão: 5 V Mín: 4,7 V Corrente de Carga Máx: 2000mA Mín: 500mAh Resultado: 5v, 1500mA Capacidade de carga: 2000mA

Id.	Características do bem 3 – Lente Sigma 35mm f/1.4 DG HSM Art para Canon EF
1	Montagem compatível com Canon EF
2	Distância focal máxima: 35 Millimeters
3	Distância focal mínima: 35 Millimeters
4	Tipo de foco: manual e automático
5	Abertura do diafragma de f/1.4
6	Suporte à tecnologia CANON

Id.	Características do bem 4 – Teleprompter portátil
1	Utilização em tripé com rosca 3/8" ou 1/4" ou outro local fixo.
2	Desenvolvido em material leve e resistente facilitando assim a montagem, desmontagem e o transporte
3	Acompanhado de vidro refletivo do tipo Chrome, proporcionando uma imagem sem muitos escurecimentos, seja em ambientes internos como externos
4	Base segura, revestida e com fixação lateral, para maior proteção do <i>tablet</i> , do <i>Smartphone</i> ou qualquer outro dispositivo de tela plana até 10,5 polegadas
5	Coifa fabricada em tecido adequado que isola a luminosidade o que facilita bastante a leitura. Totalmente removível e com fita de ajuste para melhor acoplamento na câmera
6	Suporte da câmera com fixação resistente para uma maior segurança dos equipamentos e com regulagem de altura e distância
7	Possibilidade de utilização em câmeras D-SLR, Handycam Camcorder, entre outras

Id.	Características do bem 5 – Fonte adaptador AC para bateria Lp-e6
1	Entrada: 100v-240v
2	Saída: dc 8.4v/4a



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

<b>3</b>	Compatibilidade com os seguintes modelos de câmera Canon:  CANON EOS 5DS, CANON EOS 5DS R  CANON EOS 5D MARK II  CANON EOS 5D MARK III  CANON EOS 5D MARK IV  CANON EOS 60D, CANON EOS 60DA,  CANON EOS 6D, CANON EOS 6D MARK II  CANON EOS 7D, CANON EOS 7D MARK II  CANON EOS 70D  CANON EOS 80D
----------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

<b>Id.</b>	<b>Características do bem 6 – Mesa de som portátil</b>
<b>1</b>	7 Canais
<b>2</b>	Configuração de fader: 4 + 1 (Master)
<b>3</b>	Funções: USB (MP3) e conexão Bluetooth
<b>4</b>	Efeitos: Delay e Reverb
<b>5</b>	Phantom Power: +48V
<b>6</b>	Alimentação: Bivolt (110V/220V)
<b>7</b>	Equalização: 3 bandas - Low: -15/+15 (50Hz) - Mid: -15/+15 (700Hz) - Hi: -15/+15 (10kHz)
<b>8</b>	Entrada Mic:  Frequência de Resposta: 10Hz~200kHz  Faixa de Ganho: +14dB~+60dB  SNR: 120dB
<b>9</b>	Entrada Line:  Frequência de Resposta: 10Hz~130kHz  Faixa de Ganho: -6dB~+38dB  SNR: 95dB
<b>10</b>	Canais estéreo:  Frequência de Resposta: 10Hz~70kHz  Rango de Ganhos: Linha: -8 a +15 dB / Mic: +13 a +60 dB  SNR: Linha: 90 dB / Mic: 104 dB
<b>11</b>	Entradas e Saídas:  02 Entradas Mic/Line  01 Entrada USB



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

	01 Saídas de Fone de Ouvido 6.35mm 01 Saídas RCAs de Áudio Estéreo
--	-----------------------------------------------------------------------

Id.	Características do bem 7 – Iluminador de LED
1	600 Led (3200°K – 5600° K)
2	Dimmer digital que regula potência e intensidade
3	Voltagem: 9-16.8V (fonte bivolt inclusa)
4	Ângulo de iluminação: 60°
5	Potência: 25W
6	CRI: 95
7	Distância de iluminação: 3/10m
8	Durabilidade: superior a 50.000 horas
9	Aletas ajustáveis
10	Encaixe para tripé
11	Handgrip
12	Com dois slots de bateria
13	Baterias compatíveis: NP-F970/F770/F570
14	Dimensões: 230x210x33 mm

Id.	Características do bem 8 – Bateria para iluminador de LED
1	Modelo NP-F970
2	a) Características da bateria: Tipo de Bateria: Ion InfoLITHIUM; Li-ion Sem efeito de memória (pode ser carregada a qualquer momento) Potência: 48,8Wh Capacidade: 7200mAh Tensão de saída: 7.2v
3	b) Características do carregador Bivolt automático Tensão de entrada: 100-240V Frequência: 50/60Hz Tensão de saída: 8.4V 7200mAh
4	Compatível com: Iluminador LED HD-126, HD-160, CN160, YN160, YN300, YN360, YN308, YN600, YN600L e YN608.

Id.	Características do bem 9 – Lâmpada colorida de LED com controle remoto
1	Lâmpada LED RGBW
2	Tipo: Lâmpada colorida



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

3	Cor da luz: RGB + Branco Frio
4	Ângulo de feixe: 270 graus ou acima
5	Tipo de Base: E27
6	Tensão: AC 85-265V
7	Potência: 5/10 Watts
8	Código da forma do bulbo: E27
9	Número de lâmpadas: 1
10	Avaliação de IP: IP44
11	Voltagem de saída: 110v /265 V
12	Potência da lâmpada: 10/5 Watts
13	Cor clara: Multicolorido
14	Forma do bulbo: Globo

Id.	Características do bem 10 – Carrinho para transporte de equipamentos (interno)
1	Compacto com alça de regulagem de altura e que suporte até 80kg
2	Estrutura em aço galvanizado e tecido de poliéster
3	Bolsos telados para pequenos objetos
4	Peso do produto: até 12kg

Id.	Características do bem 11 – Maleta para guarda e transporte de equipamentos
1	Maleta com carrinho
2	Compartimentos com 4 bandejas divididas
3	Dimensões:  Externa do baú: Altura: 36.6cm x Largura: 21cm x Comprimento 32.6 cm Interna do baú: Altura: 36cm x Largura: 20cm x Comprimento 31cm Externa de cada bandeja: Altura: 10cm x Largura: 21cm x Comprimento 32.6cm Interna de cada bandeja: Altura: 9cm x Largura: 20cm x Comprimento 31cm Da tampa: Comprimento 32cm X Largura 21cm X Altura 6cm

Id.	Características do bem 12 – Escada
1	Material: Alumínio
2	Com 3 degraus
3	Peso do produto: até 5 kg
4	Suporte de até 120 kg

Id.	Características do bem 13 – Suporte móvel para TV de até 60 polegadas
1	Estrutura em aço laminado com revestimento em pó durável de alta tecnologia
2	Prateleira removível, com ajuste de altura
3	Suporte para TV com ajuste de altura





## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

4	Rodas com travas de segurança
5	Compatível com TVs de 26 a 60 polegadas
6	Opções de alturas flexíveis para atender às suas necessidades

Id.	Características do bem 14 – Suporte extensivo para microfone
1	Material: Alumínio
2	Comprimento mínimo de ajuste: acima de 2,20m
3	Rosca superior (macho): 3/8 "
4	Rosca inferior (fêmea): 3/8 "
5	Peso do produto: até 800g
6	Encaixe: rosca universal de 1/4"

### 5. Modelo de execução do objeto

#### 5.1. Prazos

A contratada deverá:

- Entregar o produto em até 30 (trinta) dias após o recebimento da Nota de Empenho emitida pelo representante do TRE-SC, sem que isso implique acréscimo no preço constante da proposta; e
- Substituir, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados a partir do recebimento da notificação emitida pelo TRE-SC, o produto entregue no qual tenha sido constatada qualquer irregularidade.

Estando em mora o licitante vencedor, o prazo para substituição dos produtos não interromperá a multa por atraso prevista na licitação.

#### 5.2. Local de entrega ou prestação dos serviços

Os produtos deverão ser entregues no prazo acima estipulado, à Assessoria de Comunicação Social do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, localizada à Rua Esteves Júnior, n. 68, Centro, Florianópolis/SC, 10º andar.

Os equipamentos devem ser entregues acondicionados em embalagem predominantemente reciclável adequada, com o menor volume possível e máxima proteção no transporte e armazenamento; e não devem conter substâncias perigosas ao meio ambiente além dos limites aceitáveis pelas principais diretrizes e recomendações ambientais.

Serão recusados os produtos que possuam componentes ou acessórios com sinais claros de oxidação, danos físicos, sujeira, riscos ou outro sinal de desgaste, mesmo sendo o componente ou acessório considerado novo pelo fornecedor dos produtos.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Produtos entregues nos quais tenha sido constatada qualquer irregularidade deverão ser substituídos no prazo acima indicado.

Em caso de substituição de produto, correrão à conta da contratada as despesas decorrentes da devolução e da nova entrega.

### 5.3. Recebimento provisório e definitivo

Caberá ao servidor titular da Assessoria de Comunicação Social, ou seu substituto, efetuar o recebimento provisório e definitivo dos materiais.

- a) O recebimento provisório ocorrerá na data de entrega do objeto contratado; e
- b) O recebimento definitivo dar-se-á em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela contratada.

Os materiais entregues serão inspecionados no ato do recebimento, a fim de verificar a existência de eventuais avarias, bem como a conformidade dos materiais segundo as características descritas na proposta.

Será feita a contagem de todo o quantitativo entregue, em embalagens, caixas e demais unidades de medidas e, não sendo possível verificar item a item, haverá conferência por amostragem.

### 5.4. Pagamento

O pagamento será feito em favor da Contratada, mediante depósito bancário, após o cumprimento das obrigações contratuais e da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, desde que não haja fator impeditivo imputável à contratada.

O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de 10 (dez) dias úteis após o recebimento definitivo do objeto.

### 5.5. Garantia do objeto

A garantia, quando for o caso, deverá ser a padrão de fábrica.

### 5.6. Vigência da contratação

A contratação terá vigência a partir da emissão da nota de empenho até o recebimento definitivo do objeto contratado.

### 5.7. Obrigações do Contratante

Inspecionar os materiais entregues no ato do recebimento, a fim de verificar a existência de eventuais avarias, bem como a conformidade dos materiais segundo as características descritas na proposta.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Efetuar o pagamento à contratada, de acordo com as condições, no preço e no prazo estabelecidos no edital.

Promover, através de seu representante, o servidor titular da Assessoria de Comunicação Social do TRE-/SC, ou seu substituto, a fiscalização do cumprimento do objeto e das demais cláusulas do Contrato de acordo com o art. 117 da Lei n. 14.133/2021.

Efetuar o recebimento definitivo até em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela contratada.

### 5.8. Obrigações da Contratada

A contratada deve:

- a) Fornecer os produtos no prazo e nas demais condições e especificações constantes da proposta; e
- b) Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Fica vedada a transferência a outrem, no todo ou em parte, do objeto contratado, sem prévia anuência do TRE-SC.

### 5.9. Transferência de Conhecimento

Não se aplica a esta contratação.

### 5.10. Direitos Autorais

Não se aplica a esta contratação.

### 5.11. Qualificação Técnica

Não se aplica a esta contratação.

## 6. Modelo de gestão do contrato

### 6.1. Gestor de contrato

6.1.1. Caberá ao gestor do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

- a) coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa;
- b) acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

c) acompanhar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

d) coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;

e) coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente às unidades competentes, para a formalização dos procedimentos relativos à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos, entre outros;

f) elaborar o relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração, com as informações obtidas durante a execução do contrato;

g) coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio dos fiscais técnico e administrativo.

h) emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico e administrativo quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações conforme disposto em regulamento;

i) realizar o recebimento definitivo do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais; e

j) tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.

6.1.2. Caberá ao fiscal técnico do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

a) prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato com informações pertinentes às suas competências;

b) anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

c) emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexecução ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;

d) informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

e) comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas;

f) fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato para ratificação;

g) comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;

h) participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal administrativo;

i) auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado; e

j) realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

6.1.3. Caberá ao fiscal administrativo do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

a) prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos relacionados ao contrato e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho e do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas;

b) verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, com a solicitação dos documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;

c) examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias;

d) atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações contratuais e reportar ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

e) participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal técnico; e

f) auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado.

### 6.2. Gestão e fiscalização

Titular ou substituto das unidades
------------------------------------



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Gestor da contratação	Assessoria de Comunicação Social
Fiscal técnico	Assessoria de Comunicação Social
Fiscais administrativos	Seção de Gerenciamento de Contratações Seção de Preparação de Pagamentos e Análise Tributária

### 6.3. Instrumentos Formais

Será emitida nota de empenho em favor do(s) licitante(s) vencedor(es) da licitação.

### 6.4. Acompanhamento do Contrato

A comunicação entre o TRE-SC e a Contratada poderá ocorrer por contato telefônico, *e-mail* ou pessoalmente, no local da entrega:

Assessoria de Comunicação Social

Assessora: Ana Patrícia Tancredo Gonçalves

Telefone: (48) 3251-3395

Endereço: Rua Esteves Júnior, 68, 10º andar, 88015-130, Florianópolis/SC

E-mail: [pres-ascom@tre-sc.jus.br](mailto:pres-ascom@tre-sc.jus.br)

O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação, pela Contratante, da conformidade da entrega do objeto, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, e serão exercidos pelo titular da ASCOM, ou seu substituto.

A Fiscalização terá autoridade para:

- a) exigir o cumprimento de todos os itens especificados;
- b) rejeitar todo e qualquer material de má qualidade ou não especificado; e
- c) esclarecer dúvidas ou solucionar omissões eventualmente constatadas durante a execução.

A existência do acompanhamento não exime a Contratada de quaisquer responsabilidades sobre erros ou omissões por ela praticados, que surgirem ou vierem a ser constatadas no decorrer ou após a entrega dos materiais.

Quaisquer dúvidas que eventualmente surjam deverão ser sanadas junto à ASCOM.

### 6.5. Alocação de riscos

Não se aplica a esta contratação.

## 7. Critérios de medição e de pagamento



# Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Não se aplica a esta contratação.

## 8. Reajuste ou repactuação

Os preços inicialmente contratados poderão ser reajustados após 1 (um) ano, contados da data limite para apresentação da proposta, utilizando-se, para o cálculo, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, publicado na ocasião, ou, na hipótese de extinção deste índice, utilizar-se-á o que venha a substituí-lo.

## 9. Forma e critérios de seleção do fornecedor

### 9.1. Parcelamento e adjudicação

Adjudicação por item, não cabendo parcelamento, pois, considerando tratem-se de objetos/produtos indivisíveis, o parcelamento dos itens é tecnicamente e economicamente inviável.

### 9.2. Seleção do fornecedor

Será selecionado o licitante que, por meio de processo licitatório, atender aos requisitos previstos em lei (habilitação jurídica, qualificação técnica, regularidade fiscal e qualificação econômico financeira) e às demais exigências editalícias, bem como oferecer a proposta mais vantajosa à Administração.

#### 9.2.1. Critérios de habilitação

Não há requisitos específicos de qualificação técnica.

Em relação à Qualificação Econômico-Financeira, deverá ser exigido:

- Quando se tratar de pessoa física, certidão negativa de insolvência civil.
- Não há requisitos específicos de qualificação econômico-financeira para pessoa jurídica.

#### 9.2.2. Critérios de preferência e de desempate

Os critérios de preferência e de desempate obedecerão à legislação em vigor, em especial a Lei Complementar n. 123/2006.

#### 9.2.3. Modalidade de licitação e critério de julgamento

Os objetos pretendidos são bens comuns, oferecidos por diversos fornecedores no mercado, apresentando características padronizadas e usuais, o que justifica, portanto, a utilização da modalidade “Pregão” e do critério de julgamento “Menor Preço”.

## 10. Estimativas do valor da contratação



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Com base nos modelos e valores praticados no mercado e em contratações públicas similares apresentadas no ETP (itens 4 e 8) estima-se o custo da presente aquisição em torno de R\$ 14.690,00 (quatorze mil, seiscentos e noventa reais).

### **11. Alinhamento da contratação**

#### **11.1. Plano de Contratações Anual**

Plano de Contratações 2023 (Anexo I) – Investimento, Item 5 - Eletrônicos.

#### **11.2. Plano de Logística Sustentável**

A contratação, ao garantir os recursos necessários à criação de conteúdo audiovisual e de multimídia de qualidade, alinha-se com o Plano de Logística Sustentável do TRE-SC, em especial com os objetivos abaixo listados:

- a) reduzir o consumo de papel e de suprimentos de impressão;
- b) promover o desenvolvimento de sistemas informatizados de documentos em substituição aos documentos impressos; e
- c) promover o uso de ferramentas virtuais na gestão administrativa para melhor controle, gerenciamento e atendimento de demandas.

Ainda, para fins de atendimento à Agenda Ambiental do TRE-SC e às diretrizes da Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, a contratada deverá se responsabilizar, onde couber, pelo mecanismo de logística reversa.

#### **11.3. Outros instrumentos**

A aquisição prevê a melhoria na qualidade e o impulso das atividades relacionadas à produção gráfica e de áudio e vídeo, subsidiando campanhas internas e externas, matérias jornalísticas, conteúdo para redes sociais, entre outros produtos relativos à atividade de multimídia, a fim de atender às demandas de serviços solicitados pelos diversos setores internos e pela Administração, especialmente na cobertura de eventos externos.

Ao proporcionar o aprimoramento de projetos e a criação de conteúdo digital exclusivo e essencial ao desenvolvimento das atividades pelos profissionais em exercício na Assessoria, harmoniza-se com as necessidades do negócio do Tribunal e alinha-se aos objetivos estratégicos definidos no Planejamento Estratégico 2021-2026, em especial, ao *“Fortalecimento da Relação Institucional com a Sociedade”*.

As referidas atividades traduzem-se também em uma necessidade continuada para o bom funcionamento das suas unidades, bem como para o cumprimento de forma eficiente e eficaz do Plano Anual de Comunicação e do Plano de Divulgação das Eleições.





## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Por fim, a utilização de equipamentos de audiovisual bem selecionados permite o alinhamento aos valores e à missão do TRE-SC potencializa a eficácia da comunicação institucional, uniformizando os elementos visuais, fortalecendo a cultura organizacional e criando laços que unem as equipes e promovem maior o engajamento às políticas de acessibilidade, inclusão e igualdade e de combate à desinformação. Ademais, ao refinar o conteúdo gráfico à cada portal de comunicação, conquista-se a confiança dos cidadãos e garante maior visibilidade aos serviços prestados pela Justiça Eleitoral Catarinense.

### 12. Adequação orçamentária

Item	Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Valor
5	02.122.0033.20GP.0042 – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa no Estado de SC, PTRES 167782	4.4.90.52 - Equipamentos e Material Permanente	R\$ 122.061,42
Total			R\$ 122.061,42

### 13. Descumprimento contratual e penalidades

13.1. Nos termos da Portaria P n. 39/2023, o licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços ou não aceitar ou retirar a nota de empenho ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- l) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

m) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao responsável, pelas infrações administrativas previstas no subitem 13.1, as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa;

c) impedimento de licitar e contratar com a Administração;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.2.1. A sanção de advertência consiste em comunicação formal ao fornecedor que deu causa à inexecução parcial do contrato, conforme previsto na alínea “a” do subitem 13.1.

13.2.1.1. A advertência retira do fornecedor a condição de infrator primário, de modo que, em caso de reincidência, sanção mais severa poderá lhe ser aplicada, devendo ser observado o disposto no subitem 13.3.

13.2.2. A sanção de multa tem natureza pecuniária e poderá ser moratória ou compensatória, observados os seguintes termos:

a) o atraso injustificado na execução do objeto deste Termo de Referência sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao dia, sobre o valor do item em atraso, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado, e sua aplicação não dispensa a contratada do cumprimento da obrigação inadimplida;

b) a inexecução parcial do objeto sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor do objeto que não foi executado;

c) a inexecução total do objeto sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do objeto contratado.

13.2.2.1. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções estabelecidas neste Termo de Referência.

13.2.2.2. Ultrapassados 30 (trinta) dias de mora, será avaliada a possibilidade de aplicação da conversão da multa de mora para a compensatória por inexecução contratual.

13.2.2.3. A multa poderá ser aplicada em dobro se o infrator for reincidente, ou seja, se tiver sido sancionado por este Tribunal após decisão transitada em julgado, observando-se o disposto no subitem 13.3.

13.2.2.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Termo de Referência.

13.2.2.5. A multa aplicada será:



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- a) retida cautelarmente dos pagamentos devidos pela Administração e recolhida em definitivo ao Erário, após o trânsito em julgado da decisão que a impôs;
- b) descontada de eventuais faturas pendentes de pagamento;
- c) paga pelo fornecedor por meio de GRU;
- d) descontada do valor da garantia prestada; ou
- e) cobrada judicialmente.

13.2.3. A sanção de impedimento de licitar e contratar com a União poderá ser aplicada pelas infrações previstas no subitem 13.1, “b” a “g”, pelos seguintes prazos, de acordo com a infração cometida:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo ou dar causa à inexecução total do contrato: Prazo - 6 (seis) meses;
- b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame: Prazo - 1 (um) mês;
- c) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: Prazo - 2 (dois) meses;
- d) não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços ou não aceitar ou retirar a nota de empenho ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Prazo - 2 (dois) meses;
- e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: Prazo - 2 (dois) meses.

13.2.4. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios poderá ser aplicada pelas infrações previstas no subitem 13.1, “h” a “m”, pelos seguintes prazos, de acordo com a infração cometida:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: Prazo - 3 (três) anos;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: Prazo - 4 (quatro) anos;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: Prazo - 4 (quatro) anos;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação: Prazo - 5 (cinco) anos;
- e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: Prazo - 6 (seis) anos.

13.2.5. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.2.6. As sanções previstas nos subitens 13.2.3 e 13.2.4 poderão ser majoradas em 10% (dez por cento) para cada agravante, até o limite legal, em razão de:

a) restar comprovado que o responsável pela infração administrativa tenha registro de penalidade aplicada no âmbito do TRE-SC, por prática de quaisquer das condutas tipificadas no presente Termo de Referência, nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em decorrência do qual será aplicada a penalidade;

b) restar comprovado que o infrator tenha sido desclassificado ou inabilitado por não atender às condições do edital, quando for notória a sua impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

c) o licitante ou fornecedor participante da dispensa eletrônica não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo de contratação; ou

d) restar comprovado que o fornecedor tenha prestado declaração falsa de que é beneficiário do tratamento diferenciado concedido em legislação específica.

13.2.7. As penas previstas nas alíneas “b” a “e” do subitem 13.2.3 poderão ser reduzidas em 50% (cinquenta por cento), uma única vez, após a incidência das majorações previstas no subitem 13.2.6, quando não tenha havido nenhum dano à Administração, em decorrência de qualquer das seguintes atenuantes:

a) a conduta praticada tenha sido, desde que devidamente comprovada, decorrente de falha escusável do fornecedor;

b) a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação, desde que devidamente comprovado; ou

c) a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, desde que reste evidenciado equívoco em seu encaminhamento.

13.2.8. Quando a ação ou omissão do responsável pela infração administrativa ensejar o enquadramento de concurso de condutas, aplicar-se-á a pena mais grave.

13.2.9. A aplicação das sanções previstas no subitem 13.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

13.2.10. É admitida a reabilitação do licitante ou do contratado sancionado, exigidos, cumulativamente:

a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;

b) pagamento da multa;



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

13.2.10.1. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “a” e “e” do subitem 13.2.4 exigirá, como condição de reabilitação do fornecedor sancionado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

13.3. Restará afastada a reincidência após transcorrido 1 (um) ano entre a data do trânsito em julgado da decisão que aplicou a anterior penalidade ao infrator e a data da nova infração.

13.4. O responsável pela infração será intimado para apresentação de defesa e especificação de provas que pretenda produzir, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis contados do recebimento da intimação.

13.4.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela autoridade competente ou pela Comissão de Apuração de Responsabilidade, o infrator poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

13.4.2. Serão indeferidas pela autoridade competente ou pela Comissão de Apuração de Responsabilidade, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

13.5. A sanção estabelecida no subitem 13.2.4 é de competência do Presidente do TRE-SC.

13.6. Da aplicação das sanções previstas nos subitens 13.2.1, 13.2.2 e 13.2.3 caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

13.6.1. O recurso de que trata o subitem 13.6 será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.7. Da aplicação da sanção prevista no subitem 13.2.4 caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.